

---

## **A vergonha como punição: o princípio da publicidade no inquérito policial e a espetacularização das operações policiais**

### *Shame as punishment: the principle of publicity in police investigations and the spectacularization of police operations*

William Coser Stoffels<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O artigo apresenta o conceito de vergonha como punição, conforme teoria do criminólogo australiano John Braithwaite, no que diz respeito à vergonha estigmatizante e à vergonha reintegrativa, além de suas possibilidades de aplicação, analisadas em um contexto de crimes corporativos e de colarinho branco, conectando tais conceitos com o princípio da publicidade, o sigilo no âmbito de inquéritos policiais e a recente espetacularização de operações policiais. Utilizou-se o método de procedimento monográfico, com a técnica de pesquisa bibliográfica. Conclui-se que, com nefasta deturpação do princípio da publicidade e do sigilo da investigação preliminar, de caráter administrativo e conduzida no âmbito policial, com auxílio - e por meio - da imprensa sensacionalista, acaba-se por produzir julgamento próprio e prévio ao processo criminal, onde indivíduos investigados têm sua vida e intimidades expostas para satisfazer uma curiosidade perversa dos leitores, fazendo uso da vergonha em sua forma mais negativa para todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Vergonha; inquérito policial; publicidade; espetacularização;

#### **ABSTRACT**

The present article aims to introduce the concept of shame as punishment, as developed by the Australian criminologist John Braithwaite, mainly with regard to stigmatizing shame and reintegrative shame, as well as their application possibilities analyzed in a context of corporate and white-collar crimes, connecting such concepts with the principle of publicity, matters of secrecy in police inquiries and the recent spectacularization of police operations. For this, the method of monographic procedure will be used, with the technique of bibliographic review. It is concluded that, with a disastrous distortion of the principle of publicity and secrecy of the preliminary investigation, of an administrative nature and conducted in the police sphere, with the help of - and through - the sensationalist press, it ends up producing a previous judgment prior to the criminal process, in which investigated individuals have their lives and intimacies exposed to satisfy a perverse curiosity of readers, making use of shame in its most negative form for the investigated and for society.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil  
Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil  
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7569075202295544>  
E-mail: [stoffels@ufpr.br](mailto:stoffels@ufpr.br)

---

**Keywords:** Shame; police inquiry; publicity; spectacularization;

## 1. INTRODUÇÃO

A noção de vergonha é um aspecto fundamental da existência humana, sendo, segundo os estudos de Aaron Book<sup>2</sup>, uma das razões principais pela qual as primeiras formas de punição possuíam como ponto central justamente a ideia de vergonha.

Desde os primeiros registros de civilização de que se tem notícia, continua o autor, a relação de vergonha e punição era centrada na noção de que o pertencimento à sociedade e à própria civilização era critério essencial à sobrevivência do indivíduo, razão pela qual as penas de banimento eram consideradas umas das mais severas, uma vez que tinham como consequência certa, no melhor dos cenários, uma vida de dificuldades e, no pior deles, a morte.

Já na Inglaterra Vitoriana e, posteriormente, em outros territórios do império britânico, é possível identificar uma mudança nas políticas criminais, que deixam de focar na estigmatização e na rejeição dos indivíduos criminosos, como a substituição da pena de morte pelo exílio para as colônias e a demolição de áreas de favelas consideradas epicentros criminosos, ou penas bizarras de tortura pública<sup>3</sup>, para uma adoção de políticas que foram aos poucos buscando, de certa forma, integrar aqueles que antes eram rechaçados, seja por meio de associações de caridade privadas ou pela eliminação das penas de exílio e das penas corporais<sup>4</sup>.

A preocupação com a responsabilidade individual sobre sua própria reputação, com a necessidade de protegê-la da vergonha, é, de acordo com Braithwaite<sup>5</sup> razão incontroversa

---

<sup>2</sup> BOOK, Aaron. Shame on you: an analysis of modern shame punishment as an alternative to incarceration. *Wm. & Mary L. Rev.* 653, 1999.

<sup>3</sup> *Op. cit.*

<sup>4</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.

<sup>5</sup> BRAITHWAITE, John; FISSE, Brent. **The impact of publicity on corporate offenders**. Albany: State

para o declínio do crime na era vitoriana, ainda que o exato momento em que a estigmatização deu espaço para a reintegração seja alvo de debates entre historiadores, sociólogos e criminólogos.

Braithwaite, em suas inúmeras obras acerca do tema, apresenta o conceito de vergonha como ferramenta de punição, o que permite avaliar o cenário político-criminal, principalmente por meio da atuação da imprensa e do processo legislativo penal, sob essa perspectiva por ele elaborada.

Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo introduzir os conceitos elaborados por John Braithwaite, bem como inserir tal ferramenta no contexto de crimes corporativos e crimes de colarinho branco. Em contraponto, serão apresentadas algumas reflexões acerca da espetacularização de operações policiais, que por meio da deturpação do princípio da publicidade e do sigilo do inquérito policial tendem a permitir que a vergonha seja aplicada aos indivíduos de forma pouco construtiva.

## 2. A VERGONHA COMO PUNIÇÃO EM BRAITHWAITE

O criminólogo australiano John Braithwaite, considerado um dos pais da justiça restaurativa<sup>6</sup>, desenvolveu inúmeros estudos nos quais analisa as diversas teorias sociológicas e criminológicas a respeito do crime e tenta integrá-las de maneira a ser mais generalista e explicativa. De maneira geral, Braithwaite sugere que seja utilizado o conceito da vergonha como uma ferramenta para controlar os níveis criminais em uma determinada sociedade, sendo que seria papel desta mesma sociedade envergonhar aqueles que cometem os crimes<sup>7</sup>.

---

University of New York Press: 1983.

<sup>6</sup> WACHTEL, Joshua. John Braithwaite: Peacebuilder, Social Scientist and Restorative Justice Activist. *IIRP News*, 2006.

<sup>7</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.

Em seu livro *Crime, Shame and Reintegration*<sup>8</sup>, entretanto, o autor afirma que há que se ter cautela em relação à aplicação da vergonha como instrumento, subdividindo-a em vergonha estigmatizante e vergonha reintegrativa. Em relação à primeira, esta seria responsável por uma elevação dos índices de cometimento de crimes, enquanto a segunda, por sua vez, tenderia a reduzir o número de crimes em uma determinada sociedade<sup>9</sup>.

A vergonha reintegrativa diz respeito àquela na qual os grupos próximos ao indivíduo criminoso, como seus amigos e sua família, o confrontam apontando as consequências de seus atos, permitindo que o indivíduo expresse remorso como parte de um esforço para se reintegrar à sociedade, ou seja, ao mesmo tempo em que há a reprovação social, seja ela uma mera repreensão ou algo mais complexo, denominadas pelo autor como cerimônias de degradação<sup>10</sup>, há, por outro lado, gestos de aceitação (ou de reaproximação) são imediatamente apresentados na sequência, podendo variar de um simples sorriso que expresse perdão, até cerimônias formais com o intuito de remover o selo (ou a etiqueta) de indivíduo desviante do cidadão em questão.

De acordo com o autor<sup>11</sup>, a vergonha integrativa, por meio de discussões acerca das consequências do crime para as vítimas, para a família e para os círculos sociais próximos do próprio ofensor, é capaz de introduzir esse conceito de vergonha no cenário, sendo então aqueles indivíduos próximos ao ofensor os responsáveis pela estruturação de sua reintegração, ou seja, aqui não se está falando de vergonha do ofensor em relação aos agentes

---

<sup>8</sup> *Op. cit.*

<sup>9</sup> WACHTEL, Joshua. John Braithwaite: Peacebuilder, Social Scientist and Restorative Justice Activist. **IIRP News**, 2006.

<sup>10</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989, p. 55. Também sobre este tema, pertinente citar o professor Aury Lopes Jr.: "Outro aspecto fundamental consiste em reconhecer que o processo penal constitui o mais grave **status-degradation ceremony**. Como explicam Figueiredo Dias e Costa Andrade, o conceito de cerimônia degradante foi introduzido em 1956, por H. Garfinkel, como sendo os processos ritualizados em que uma pessoa é condenada e despojada de sua identidade e recebe outra, degradada." (LOPES JR., 2006, p. 227)

<sup>11</sup> *Op. cit.*

públicos ou agentes externos, como a polícia, o judiciário ou até mesmo a imprensa, mas sim da vergonha do ofensor em relação às pessoas que ele tem mais caras.

Por outro lado, a vergonha desintegrativa (ou estigmatizante), tende a dividir a sociedade ao criar uma classe de párias, como na teoria do etiquetamento. Para Braithwaite, não se faz o mesmo esforço para remover essas etiquetas, para permitir a reintegração, que é feito para o etiquetamento inicial:

The individual [...] is assigned a 'master status trait': homosexual, drug addict, prostitute, juvenile delinquent, or others [...] this label will dominate all other 'characteristics' of the individual; 'good athlete', 'good conversationalist', 'good dancer', and the like are subordinated to or negated by this trait which is immediately felt to be more central to the 'actual' identity of the individual<sup>12</sup>.

O autor<sup>13</sup> defende que a vergonha reintegrativa é uma ferramenta mais poderosa do que o etiquetamento, uma vez que, para ele, ainda que ser declarado um pária seja uma sanção mais grave do que ser envergonhado e depois perdoado, o ponto de dissuasão não é a severidade da sanção, mas sim o quanto esta sanção está incrustada na sociedade: a vergonha teria papel dissuasivo quando aplicada por aqueles que importam ao indivíduo - a família, os amigos, os círculos sociais mais próximos - ao se tornar um pária, o indivíduo pode simplesmente rejeitar aqueles que o rejeitaram - a justiça, a polícia, as entidades governamentais de maneira geral, ponto no qual a vergonha deixa de ter papel significativo e efetivo como ferramenta de controle criminológico.

Ao citar o Japão como um exemplo de sociedade na qual a vergonha possui papel de grande relevância na cultura local, o autor<sup>14</sup> ressalta a importância de se prestar atenção em como essa vergonha tem forte papel reintegrativo, o que pode ser verificado pelos baixos índices de encarceramento, que chegam a ser até vinte vezes menores em relação aos mesmos crimes cometidos nos Estados Unidos. Há uma explicação: a vergonha no Japão também é

---

<sup>12</sup> SUCHAR apud BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989, p. 55

<sup>13</sup> *Op. cit.*

<sup>14</sup> *Op. cit.*

---

carregada pelos outros indivíduos que fazem parte da coletividade do indivíduo que está sendo alvo da vergonha, como sua família, seu local de trabalho ou sua escola: "*The interdependency, the shaming, the communitarian mobilization to resocialize wrongdoers, are ingredients of a culture in which duties to the community more often than in the West overwhelm the rights of individuals*"<sup>15</sup>.

Na obra *Shame management through reintegration*<sup>16</sup>, Braithwaite (et al.) conclui que a estigmatização deveria ser abolida como princípio norteador do sistema judicial, uma vez que os dados colhidos em sua pesquisa sugerem que uma discussão reintegrativa das consequências dos atos (criminais) é mais produtiva e menos destrutiva, devendo ser um diálogo reintegrativo a ferramenta de persuasão do ofensor para que este adote um compromisso de remorso e recompensa.

Braithwaite<sup>17</sup> apresenta uma série de formas do mecanismo da vergonha: 1) a vergonha pela própria consciência, considerada pelo autor como a mais poderosa, pois é certa e imediata, uma vez que ocorre assim que a infração é cometida, às vezes até mesmo durante e antes de seu cometimento; 2) a vergonha que constitui o impensável, aquela relacionada a fatos que sequer são imaginados como reação possível a determinado evento (ex.: matar alguém simplesmente porque tal pessoa lhe gera um incômodo); 3) a vergonha pela fofoca imaginada; 4) a vergonha pela fofoca real e; 5) a vergonha como confronto direto com reprovação ou exposição pública, que o autor apresenta como a forma menos efetiva, e mais destrutiva, uma vez que traz consigo grandes riscos de estigmatização.

Em relação à vergonha como confronto direto com reprovação ou exposição pública, continua o autor, tem-se que é aplicada quando os mecanismos autorregulatórios falham em relação a infrações graves.

---

<sup>15</sup> *Op. cit.*, p. 85.

<sup>16</sup> AHMED, Eliza; BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; HARRIS, Nathan. **Shame management through reintegration**. New York: Cambridge University Press, 2001.

<sup>17</sup> *Op. cit.*

Conforme nos ensina Book<sup>18</sup>, a vergonha pode ter dupla função: 1) punição efetiva de criminosos e; 2) funcionar como uma ferramenta para a reabilitação dos ofensores. Continuando, Book afirma ainda que a vergonha é ferramenta poderosa, mas somente em uma sociedade que dela necessite e que saiba como manejá-la corretamente.

Claus Roxin<sup>19</sup> sugere que, no futuro, tenhamos sanções penais que sequer poderiam ser chamadas de penas, mas sim de similares à pena, face à ausência do elemento de coação, ou seja, seriam sanções adotadas voluntariamente pelos indivíduos, como, conforme exemplificado pelo autor, o trabalho de utilidade comum e a reparação voluntária. Essas sanções, continua, teriam a possibilidade até mesmo de substituir as penas tradicionais, tendo em vista que produzem resultados socialmente construtivos.

Fica claro na conceitualização elaborada por Roxin<sup>20</sup> a forte conexão com o conceito de vergonha reintegrativa tão caro à obra de Braithwaite. Os dois autores conversam no sentido de que esse tipo de reparação social traz resultados positivos para os dois lados: para o indivíduo que cometeu o delito, há o estímulo para que busque agir rapidamente no sentido de reparar o dano, que facilitaria sua reintegração à sociedade; para a vítima, por sua vez, uma reparação rápida e sem burocracia, diferentemente do que o Estado poderia (e se é que conseguiria) lhe oferecer em condições tradicionais.

Roxin<sup>21</sup> também discorre acerca da importância do remorso quando afirma que:

quando o autor, em seu próprio interesse, se esforça no sentido de uma rápida reparação da vítima, tem ele de entrar em contato com ela, repensar consigo mesmo o seu comportamento e o dano a ela causado, e produzir uma prestação construtiva, já à primeira vista socialmente útil e justa, que pode contribuir bastante para a ressocialização, tendo assim grande utilidade do ponto de vista preventivo-especial<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> BOOK, Aaron. Shame on you: an analysis of modern shame punishment as an alternative to incarceration. *Wm. & Mary L. Rev.* 653, 1999.

<sup>19</sup> ROXIN, Claus. *Estudos de direito penal*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

<sup>20</sup> *Op. cit.*

<sup>21</sup> *Op. cit.*

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p. 26.

Os benefícios de tais políticas criminais integrativas não são direcionados somente aos diretamente relacionados com a infração (infrator e vítima), há, para o autor, efeitos preventivos gerais,

isto é, em relação à generalidade das pessoas — bastante positivos, pois a perturbação social que é provocada pelo delito só é realmente eliminada se o dano for reparado e o status quo ante restabelecido. Só a partir deste momento é que o lesado e a coletividade vêem o caso como resolvido. Investigações empíricas em vários países concluíram que a população, predominantemente, pensa que nos crimes menores e médios se poderia, havendo a reparação voluntária, ou abster-se por completo da pena, ou reduzi-la consideravelmente, dependendo do caso<sup>23</sup>.

A conclusão do autor<sup>24</sup> é de que, em razão justamente de seus efeitos construtivos, as penas integrativas deverão ser, sempre que possível, preferidas em relação à pena privativa de liberdade.

### 3. A VERGONHA E OS CRIMES CORPORATIVOS E DE COLARINHO BRANCO

Braithwaite<sup>25</sup> afirma que os crimes considerados menos vexaminosos são justamente aqueles que estão protegidos da vergonha pelas forças dominantes: elites corporativas que manipulam o mercado de ações ou que corrompem agentes estatais como sendo ações necessárias para a geração de riqueza; generais que cometem crimes de guerra com a justificativa de estarem salvando o país; chefes de polícia que acobertam a tortura de suspeitos com o intuito de proteger os cidadãos.

A vergonha, continua Braithwaite<sup>26</sup>, é estruturada por padrões de dominação, e é responsável pela criação de uma realidade onde os maiores problemas criminais são aqueles

---

<sup>23</sup> *Op. cit.*, p. 26.

<sup>24</sup> *Op. cit.*

<sup>25</sup> AHMED, Eliza; BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; HARRIS, Nathan. **Shame management through reintegration**. New York: Cambridge University Press, 2001.

<sup>26</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.



onde a dominação fez com que a vergonha fosse silenciada. Tal silêncio, entretanto, faz com que esses crimes sejam mais suscetíveis a uma "mobilização de vergonha" de maneira concentrada pela primeira vez, sendo os movimentos sociais agentes cruciais para envergonhar as formas de exploração que tradicionalmente foram protegidas da vergonha.

Importante relação com tais padrões de dominação tem, o que o professor José Luis Díez Ripollés<sup>27</sup> denomina de grupos de pressão institucionalizados, das quais são parte fundamental os grupos empresariais, que "demonstram com frequência uma grande capacidade para determinar decisões legislativas penais" [e] "em ocasiões, estes grupos empresariais estão em condições de acelerar o procedimento legislativo em função de seus interesses"<sup>28</sup>.

Outro ponto de destaque dos estudos de Braithwaite (*et al.*) diz respeito à imagem que o criminoso de colarinho branco tem de si mesmo: "*one does meet people who have a mental image of themselves as a thief, a safecracker, a prostitute, a pimp, drug runner, and even a hit man, but how often does one meet a person who sees himself as a corporate criminal?*"<sup>29</sup>.

Desta forma, concluem os autores, o criminoso "comum" pode até ganhar crédito e respeito de seus pares por ter passado anos na prisão, mas para o criminoso de colarinho branco, a sua reação ao encarceramento é de vergonha e *humilhação*<sup>30</sup>.

Corroborando tal entendimento, segundo aponta Aaron Book<sup>31</sup>, alguns tipos de criminosos seriam mais adequados para o recebimento de penas conexas à vergonha, destacando que só deveriam ser aplicadas a criminosos não violentos, em razão da forte ligação entre vergonha e raiva, o que poderia provocar ainda mais violência em indivíduos

---

<sup>27</sup> RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>28</sup> *Op. cit.*, p. 254.

<sup>29</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989, p. 54.

<sup>30</sup> *Op. cit.*

<sup>31</sup> BOOK, Aaron. Shame on you: an analysis of modern shame punishment as an alternative to incarceration. **Wm. & Mary L. Rev.** 653, 1999.

já predispostos.

É possível identificar no Brasil um exemplo de "mobilização de vergonha" que se adequa perfeitamente às conclusões de Braithwaite acima descritas: as manifestações populares ocorridas na década de 2010, mormente nos anos de 2015 e 2016, nas quais os manifestantes bradavam contra a corrupção e pelo impedimento da então presidente Dilma Rousseff, consideradas as maiores manifestações políticas da história do país<sup>32</sup>.

Assim como sugere Braithwaite, as manifestações ocorridas no Brasil foram organizadas e lideradas por uma série de movimentos sociais, alguns tradicionais (mormente partidos políticos de oposição ao núcleo que ocupava a chefia do poder Executivo à época) e outros que tiveram sua gênese pouco antes dos maiores protestos de 2015 e 2016, como o Movimento Brasil Livre, fundado por volta de 2013, ante a indignação contra a Proposta de Emenda Constitucional 37, que tirava do Ministério Público a autonomia para investigar, e que acabou sendo derrubada no Congresso Nacional ante a forte pressão popular, bem como outros movimentos que se iniciaram no bojo das manifestações contra os aumentos de preços do transporte público<sup>33</sup>.

Para o professor José Luis Díez Ripollés, esses movimentos sociais fazem parte dos chamados grupos de pressão não institucionalizados, que possuem capacidade para conquistar, tanto no Brasil, quanto em outros países da América Latina, inúmeras alterações legislativas<sup>34</sup>.

Em seus estudos acerca de crimes corporativos produzidos no início da década de 1980, Fisse e Braithwaite<sup>35</sup> chegaram à conclusão de que a publicidade negativa - o que eles

---

<sup>32</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. Protesto na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 mar. 2016.

<sup>33</sup> MARÍN, María. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. **El País**, São Paulo, 12 dez. 2014.

<sup>34</sup> RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>35</sup> BRAITHWAITE, John; FISSE, Brent. **The impact of publicity on corporate offenders**. Albany: State University of New York Press: 1983.

consideram como uma forma de vergonha - teve papel significativo na produção de reformas institucionais internas das corporações que, ainda que de forma reduzida, teriam a probabilidade de reduzir a recorrência das ofensas, mas afirmam que: *"if we are serious about controlling corporate crime, the first priority should be to create a culture in which corporate crime is not tolerated. The informal processes of shaming unwanted conduct and of praising exemplary behavior need to be emphasized"*<sup>36</sup>.

Em relação à aplicação da vergonha às empresas que cometem crimes corporativos, Fisse e Braithwaite<sup>37</sup> fazem uma divisão: publicidade informal e publicidade formal. Enquanto na primeira tem-se o que os autores chamam de um controle social informal, do qual fazem parte as organizações de consumidores, a imprensa, por meio do jornalismo investigativo, as agências de defesa do consumidor e até investigações oficiais, como, por exemplo, investigações parlamentares; na segunda, a publicidade formal, tem-se que esta foi aplicada, historicamente, de três formas: *"as a punishment in criminal proceedings, as a penalty in quasi-criminal or administrative proceedings, and as a civil remedy"*<sup>38</sup>

A publicidade formal, sugerem os autores, pode ter sua eficácia limitada, uma vez que as empresas que a ela são submetidas podem (e assim o fazem com frequência) recorrer a inúmeras táticas de contra-publicidade e de autoproteção.

Entende-se que, apesar de os autores terem relacionado essas táticas à publicidade formal, é possível encontrar exemplo claro de contra-publicidade provocada pela publicidade informal, identificado em relação às empresas do Grupo Odebrecht, que após firmar acordo de leniência com os procuradores da República responsáveis pelos processos da Operação Lava Jato em 2016, que foi reconhecido em 2018 pela Controladoria-Geral da União e pela Advocacia-Geral da União - no qual a empresa se compromete a restituir cerca de R\$3.8 bilhões aos cofres públicos em um período de vinte anos - passou por um processo

---

<sup>36</sup> *Op. cit.*, p. 246.

<sup>37</sup> *Op. cit.*

<sup>38</sup> *Op. cit.*, 1983, p. 285.

de reestruturação que envolveu a venda de ativos, criação de novas políticas de *compliance*, alteração de políticas internas de recursos humanos e a mudança de nome de diversas empresas do grupo, buscando afastar a imagem de empresa vinculada a um grande escândalo de corrupção<sup>39</sup>:

A primeira vez que muitos ouviram o nome da companhia foi no contexto das investigações. Isso trouxe um problema para a companhia, que ficou ligada apenas à corrupção. **Uma das estratégias usadas para mudar esse cenário é a mudança do nome das subsidiárias.** Das sete empresas que ficaram no grupo, quatro já alteraram seu nome ou logo. Nos últimos meses, a Odebrecht Realizações Imobiliárias passou a se chamar OR e mudou o logo; a Braskem retirou o vermelho do seu logo, que hoje é azul e amarelo; a Odebrecht Agroindustrial virou Atvos; e a Odebrecht Óleo e Gás agora se chama Ocyan<sup>40</sup>.

A título exemplificativo, verifica-se que houve uma mudança drástica de diversas logomarcas e nomes de empresas condenadas no bojo da Operação Lava Jato, claramente com o intuito de promover um afastamento das imputações criminosas e dos danos reputacionais que sofreram<sup>41</sup>.

À época de seus primeiros estudos acerca da vergonha como punição para corporações, Braithwaite<sup>42</sup> aponta que havia certo pessimismo acadêmico acerca da possibilidade ou não de uma pessoa jurídica ser estigmatizada. Um dos principais argumentos era o fato de que uma empresa não teria nem amigos, nem vizinhos, por exemplo, ao contrário de um indivíduo, que pudessem estigmatizá-la. O autor rechaça tal argumento ao apontar que

*The findings of our case studies confirm that corporate prestige and repute are highly valued within large organizations. Moreover, as our findings also indicate, the force of loyalty and collective sentiment can lead to soul-searching and loss of morale within organizations just as can within the family of an individual convict. Were the position otherwise, one would hardly*

---

<sup>39</sup> SALOMÃO, Karin. Com novas marcas e acordo bilionário, Odebrecht ressurgue pós-Lava Jato. **Exame**, São Paulo, 28 mar. 2018.

<sup>40</sup> *Op. cit.*, p. 1.

<sup>41</sup> SCHELLER, Fernando. Empresas da Lava Jato têm "onda" de mudança de marca. **Estadão**, São Paulo, 25 jan. 2021.

<sup>42</sup> BRAITHWAITE, John; FISSE, Brent. **The impact of publicity on corporate offenders**. Albany: State University of New York Press: 1983.

---

*expert corporations themselves to sponsor so large an industry of corporate image-making. It is not uncommon for business to spend as much as \$1 billion per year on selling corporate images, as distinct from products and services<sup>43</sup>.*

#### 4. INQUÉRITO POLICIAL: SIGILO, PUBLICIDADE E A ESPETACULARIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS

Conforme ensina o professor Aury Lopes Jr.<sup>44</sup>, o inquérito policial é espécie do gênero investigação preliminar, ou seja, procedimento administrativo prévio ao processo penal e de natureza preparatória para este, com finalidade de "averiguar a autoria e as circunstâncias de um fato aparentemente delituoso, com o fim de justificar o processo ou o não processo"<sup>45</sup>.

Dentre as características do inquérito policial elencadas pela doutrina destaca-se a sua natureza inquisitorial, no qual não prevalece a obrigatoriedade de aplicação do contraditório e da ampla defesa (o que não significa dizer sem defesa), uma vez que não se trata de processo, mas sim de procedimento administrativo, do qual não há sequer possibilidade de aplicação de sanções<sup>46</sup>. Conforme leciona Nucci:

O inquérito é, por sua própria natureza, inquisitivo, ou seja, não permite ao indiciado ou suspeito a ampla oportunidade de defesa, produzindo e indicando provas, oferecendo recursos, apresentando alegações, entre outras atividades que, como regra, possui durante a instrução judicial. [...] O inquérito destina-se, fundamentalmente, ao órgão acusatório, para formar a sua convicção acerca da materialidade e da autoria da infração penal, motivo pelo qual não necessita ser contraditório e com ampla garantia de defesa eficiente. Esta se desenvolverá, posteriormente, se for o caso, em juízo<sup>47</sup>.

O princípio da publicidade, previsto constitucionalmente, ordena que qualquer ato processual deve, via de regra, ser realizado de maneira pública, ou seja, permitindo a

---

<sup>43</sup> *Op. cit.*, p. 289-290.

<sup>44</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006.

<sup>45</sup> *op. cit.*, p. 137.

<sup>46</sup> MORAES, Elster Lamoia de. **Princípios do moderno inquérito policial**. Jus, 2009.

<sup>47</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020, p. 361.

presença de qualquer indivíduo que queira acompanhá-lo<sup>48</sup>. Tal princípio abarca também a investigação preliminar, mas a própria Constituição Federal apresenta ressalvas e aponta cenários em que poderá haver a mitigação de tal princípio, razão pela qual pode-se classificar a publicidade processual em parcial, quando o acesso aos atos é concedido somente às partes, ou plena, quando não há qualquer restrição de acesso<sup>49</sup>

Desta forma, defende o professor Aury Lopes Jr.<sup>50</sup> que se é possível a limitação da publicidade dos atos, que, em regra, é garantida constitucionalmente, conforme o disposto nos arts. 5, LX<sup>51</sup> e art. 93, IX<sup>52</sup>, da Carta Magna, também deve ser permitida a limitação da publicidade dos atos com o intuito de "preservar o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem do sujeito passivo"<sup>53</sup>.

Mas há, além do princípio da publicidade, a questão do sigilo no curso do inquérito policial, previsto no Código de Processo Penal<sup>54</sup> e que, conforme o autor, assim como no caso do princípio da publicidade, também recebe uma subdivisão: o sigilo externo e o sigilo interno. No primeiro, da mesma forma que ocorre com a publicidade parcial, aqueles atos

---

<sup>48</sup> *Op. cit.*

<sup>49</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006.

<sup>50</sup> *Op. cit.*

<sup>51</sup> "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem". (BRASIL, 1988)

<sup>52</sup> "Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...] IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação". (BRASIL, 1988)

<sup>53</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006, p. 296.

<sup>54</sup> Conforme previsto no Código de Processo Penal: "Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade". (BRASIL, 1941)

elaborados no curso do processo preliminar somente serão acessíveis às partes. Já no sigilo interno, encontra-se uma restrição mais contundente, onde aqueles que serão privados do acesso aos atos (e até mesmo do conhecimento acerca de sua existência) são os próprios sujeitos processuais<sup>55</sup>.

Importante destacar, nesse sentido, os ensinamentos de Manzini<sup>56</sup>, que afirma que "o segredo refere-se aos atos instrutórios (e da polícia judiciária), não ao delito em si, cuja perpetração na maioria dos casos vem a ser publicamente conhecida pela própria natureza das coisas e a consequência das atuais relações sociais"<sup>57</sup>, ou seja, não há qualquer impedimento ou limitação à imprensa em divulgar ou comunicar o ato delitivo em si.

Segundo os ensinamentos do mestre Aury Lopes Jr., "o juízo criminal é a mais expressiva de todas as cerimônias degradantes"<sup>58</sup>, uma vez que

a pessoa submetida ao processo penal perde sua identidade, sua posição e respeitabilidade social, passando a ser considerada, desde logo, delinquente, ainda mesmo antes da sentença e com o simples indiciamento. Em síntese, recebe uma nova identidade, degradada, que altera radicalmente sua situação social. Além disso, se o processo como um todo pode ser considerado uma cerimônia degradante, no seu interior é possível identificar determinados atos que aumentam esse grau de vexação, especialmente as medidas cautelares pessoais e a publicidade abusiva dos atos de investigação ou do processo"<sup>59</sup>.

Uma das funções do inquérito policial como investigação preliminar, seria, portanto, evitar submeter um indivíduo a tal cerimônia degradante, evitar a instauração de um processo criminal estigmatizante e vexatório quando não há, sequer, os mínimos indícios

---

<sup>55</sup> O professor Aury Lopes Jr. (2006) subdivide ainda o sigilo interno em sigilo interno total, quando nem sujeito processual, nem seu defensor ou representante legal podem ter acesso, e em sigilo interno parcial, quando há a limitação de acesso do sujeito processual, mas não de seu defensor.

<sup>56</sup> 1951 apud LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006.

<sup>57</sup> *Op. cit.*, p. 289.

<sup>58</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006, p. 227.

<sup>59</sup> *Op. cit.*, p. 227-228

para tanto<sup>60</sup>.

Em uma visão constitucional da proteção da honra, da intimidade, da vida privada e da imagem dos investigados, conforme previsão expressa da Constituição Federal, nos termos do artigo 5, X<sup>61</sup>, temos que

a publicidade abusiva dos atos da investigação preliminar é, sob o ponto de vista do sujeito passivo, o mais grave prejuízo que pode sofrer um inocente (e assim se presume a todos, até a sentença definitiva), pois o coloca prematuramente no banco dos acusados. Essa situação leva a que, principalmente nos delitos graves, a imprensa induza a opinião pública a condenar sem prévio juízo<sup>62</sup>.

Conclui ainda, brilhantemente, o professor Aury Lopes Jr.: "Uma eventual absolvição posterior – ao cabo de alguns anos – não tem o poder de “restabelecer” na sociedade uma situação que jamais poderia ter sido abandonada: a de inocente”<sup>63</sup>.

Por outro lado, "ao ligar a televisão, ou ao abrir os jornais ou periódicos, nos deparamos com diversas notícias e reportagens sobre crimes comuns de sangue (na página policial) ou econômicos, conhecidos como "de colarinho branco" (na seção "política") as quais divulgam "operações" nos mínimos detalhes"<sup>64</sup>, muitas vezes com caráter sensacionalista, em que pessoas investigadas em sede de inquérito policial - frequentemente ainda sequer indiciadas, têm sua imagem exposta para "satisfazer à curiosidade popular e à ganância dos “donos” de entidades que foram e são criadas para prestar um serviço tão relevante para

---

<sup>60</sup> *Op. cit.*

<sup>61</sup> "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". (BRASIL, 1988)

<sup>62</sup> *Op. cit.*, p. 292

<sup>63</sup> *Op. cit.*, p. 292.

<sup>64</sup> MENDONÇA, Tábata Cassenote; ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. A deturpação do princípio da publicidade pela mídia durante a investigação policial: perspectivas críticas. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE**, III, 2015, Santa Maria/RS. Anais eletrônicos. Santa Maria/RS, p. 7-8.



toda a sociedade que é o de informar com responsabilidade e ética"<sup>65</sup>.

A espetacularização de operações policiais, contribui, segundo José Fábio de Azevedo<sup>66</sup> para que haja a estigmatização dos indivíduos investigados, estigmatização essa que

muitas vezes é causada pela açodada publicação dos atos da investigação preliminar pela imprensa, decorrentes da precipitação e do abuso de autoridade perpetrado pelos delegados de polícia, quando submete o investigado à humilhação pública ao exibi-lo, contra a sua vontade, como um troféu para toda a mídia<sup>67</sup>.

No mesmo sentido, Aury Lopes Jr. afirma que

Também os agentes do Poder Público possuem uma grande parcela de responsabilidade pela publicidade abusiva e sensacionalista. Não são poucos os juízes, promotores e policiais que, estimulados pela vaidade, fazem clamorosas e ao mesmo tempo precipitadas declarações em público e aos meios de comunicação, fomentando a estigmatização dos sujeito passivo e prejudicando seriamente a administração e o funcionamento da justiça<sup>68</sup>.

Desta forma, temos que a espetacularização das operações policiais, bem como a deturpação do princípio da publicidade, tanto por parte da imprensa, quanto por parte dos agentes públicos, acaba por anular a função do inquérito policial de evitar a instauração de um processo criminal estigmatizante, uma vez que a própria investigação preliminar já o acaba sendo.

É possível identificar aqui, conforme mencionado previamente neste artigo, a forma de aplicação da vergonha que Braithwaite definiu como sendo a menos efetiva: a vergonha como confronto direto com reprovação ou exposição pública<sup>69</sup>.

---

<sup>65</sup>AZEVEDO, José Fabio de. O inquérito policial, o investigado e a imprensa. **Conteúdo Jurídico**, 2010, p. 19.

<sup>66</sup> *Op. cit.*

<sup>67</sup> *Op. cit.*, p.6.

<sup>68</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006, p. 129.

<sup>69</sup>AHMED, Eliza; BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; HARRIS, Nathan. **Shame management through reintegration**. New York: Cambridge University Press, 2001.

O professor Ripollés<sup>70</sup> ensina que não é à toa que a imprensa aborda com tanta voracidade esse tipo de notícia, uma vez que temas correlatos à delinquência geram muita notícia, o que faz, por sua vez, com que sejam abordados de maneira desproporcional.

Conforme ensina Hassemer, "o atrevimento e a impassibilidade do arbítrio criminal cruzam incessantemente nossa mídia e nossas cabeças, desencadeando torrentes de intimidação e indignação, que eliminam qualquer concepção de segurança pública asseguradora da liberdade"<sup>71</sup>.

Na mesma linha, encontra-se o seguinte:

A informação é uma mercadoria, e como tal deve ser vendida ao maior número de interessados e também desinteressados, utilizando-se para isso todos os instrumentos de marketing sensacionalista (inclusive alterar a verdade) necessários para estimular e despertar o interesse. A manipulação da informação atende, na atualidade, não só a interesses econômicos, mas, também, a interesses políticos, cujos prejuízos para a investigação, o processo e a administração de Justiça, como um todo, são patentes<sup>72</sup>.

Ainda que raramente, essa estigmatização pode, em casos mais drásticos, levar certos indivíduos até mesmo ao suicídio, como, a critério de exemplo, ocorrido no caso da operação Ouvidos Moucos, realizada pela Polícia Federal para investigar o desvio de cerca de R\$80 milhões dos cofres da Universidade Federal de Santa Catarina. O então reitor da universidade, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, foi preso, afastado de sua função e proibido de ingressar na universidade "sob acusação de obstruir a investigação, não diretamente implicado no suposto desvio de milhões de reais"<sup>73</sup>.

Alguns dias após a operação, Cancellier publicou um artigo no jornal O Globo em que afirmava: "A humilhação e o vexame a que fomos submetidos — eu e outros colegas da UFSC — há

---

<sup>70</sup> RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A racionalidade das leis penais: teoria e prática**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>71</sup> HASSEMER, Winfried. Segurança pública no Estado de direito. *In: Revista brasileira de ciências criminais*, vol. 5, 1994, p.2.

<sup>72</sup> LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006, p. 296.

<sup>73</sup> TORRES, Aline. O suicídio do reitor para quem prisão foi ultraje e sentença de morte. **El País**, 2017, p. 1.

uma semana não tem precedentes na história da instituição. [...] Nos últimos dias tivemos nossas vidas devassadas e nossa honra associada a uma “quadrilha”, acusada de desviar R\$80 milhões”<sup>74</sup>. Passados alguns dias, o ex-reitor tirou a própria vida. Em seus estudos, Braithwaite<sup>75</sup> afirma que o suicídio é um dos grandes riscos da estigmatização causada pela vergonha desintegrativa (ou estigmatizante)<sup>76</sup>. Importante ressaltar que este artigo não tem por objetivo realizar um juízo de valor acerca da investigação criminal preliminar em tela, apenas relatar suas eventuais consequências conforme noticiado pela imprensa.

De acordo com Bitencourt

[...] temos assistido os espetáculos lamentáveis e totalmente desnecessários, transformando a prisão em regra, quando deveria ser exceção; começou-se prendendo para garantir a produção de prova, passou-se a prender por reconhecer que não existe prova contra o investigado. Em outros termos, prende-se para investigar, para descobrir provas, para forçar delações, por precisar de tempo para produzir provas, mas não por necessidade da prisão. Prende-se filhos, esposas, agregados, empregados, porteiros, secretárias, enfim prende-se a família para forçar a delação, prende-se pela manhã, relaxa-se a prisão a tarde, como ocorreu recentemente<sup>77</sup>.

Indo de encontro às ideias da vergonha reintegrativa, que presume a utilização da vergonha e da reprovação sendo comunicadas de maneira respeitosa ao ofensor por aqueles que lhe são importantes<sup>78</sup>, percebe-se que ocorre justamente o contrário: o público, por meio da imprensa (ou seja, elementos externos em relação ao ofensor) invade, devassa e julga sem qualquer sinal de respeito ao indivíduo, provocando sua imediata exclusão (e muitas vezes daqueles que lhe são próximos, pelo simples fato de o serem) do grupo social idealizado.

<sup>74</sup> OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. Reitor exilado. *O Globo*, 2017, p. 1.

<sup>75</sup> AHMED, Eliza; BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; HARRIS, Nathan. **Shame management through reintegration**. New York: Cambridge University Press, 2001.

<sup>76</sup> "Cases of suicide, attempted suicide, voluntary resignation, and voluntary demotion arising from shame over corporate malpractice are common in japan. With white collar crime, as with common crime, it is shame within tightly-knit families, communities and corporate cultures that is a more pro- found deterrent than formal punishment." (BRAITHWAITE, 1989, p. 138)

<sup>77</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. A espetacularização irresponsável de um delegado da polícia federal. *Consultor Jurídico*, 2017, p. 1.

<sup>78</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.

Já em relação às empresas investigadas, é possível verificar o impacto das operações policiais, dentre outras maneiras, por meio do efeito que elas possuem no valor de mercado daquelas empresas que são listadas na bolsa de valores. Em artigo intitulado "Corrupção e valor de mercado: os efeitos da operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil", Araújo conclui que

Os resultados indicam que a Lava Jato **reduziu o valor de mercado das empresas diretamente envolvidas com os escândalos de corrupção acima de variações que ocorreram no mercado**. Já, para as demais empresas dos setores envolvidos, evidenciou-se um efeito positivo sobre o retorno anormal acumulado. Tais resultados sugerem que a deflagração de operações anticorrupção como a Lava Jato tem potencial para reduzir diferenças de precificação existentes entre empresas que participam diretamente de contratos fraudulentos e demais empresas do mesmo setor. Tal ajuste de precificação pode estar associado à correção feita pelo mercado mediante os prejuízos trazidos pela concorrência desleal à competitividade<sup>79</sup>.

E aponta ainda que "a divulgação de operações anticorrupção contribui para a redução de discrepâncias de precificação inerentes à corrupção praticada pelas empresas envolvidas nas respectivas operações<sup>80</sup>".

Mas, de acordo com Drummond,

dizimar empresas não se justifica, mostra o exemplo dos EUA e da Europa, que impõem duras penas aos administradores responsáveis pelos ilícitos, mas punem as empresas infratoras com multas e pouco tempo de suspensão de contratos com os governos, sua principal fonte de receitas, liberando-as mediante compromisso com severos programas de autocorreção, chamados de compliance nos Estados Unidos e de self-cleaning na Europa<sup>81</sup>.

Para Braithwaite<sup>82</sup>, esse confronto direto da imprensa com o crime e com o investigado

---

<sup>79</sup> ARAÚJO, Eduardo Carvalho Correa de; RODRIGUES, Victor Rangel dos Santos; MONTE-MOR, Danilo Soares; CORREIA, Rogério Dias. Corrupção e valor de mercado: os efeitos da operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil. *In: Revista catarinense da ciência contábil*, volume 17, número 51, 2018, p. 1.

<sup>80</sup> *Op. cit.*, p. 17-18

<sup>81</sup> DRUMMOND, Carlos. Lava jato: 5 anos depois, empresas pagam e empresários ficam livres. *Exame*, 2019, p. 1.

<sup>82</sup> BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.

tem papel menos relevante na prevenção criminal do que a formação de uma consciência social acerca dos crimes que infestam a sociedade, devendo aqui serem incluídos aqueles que crimes que, por questões de poder e dominação, foram protegidos da vergonha, ou seja, é necessária uma ampliação da visão social acerca dos reais problemas que lhe afligem.

Além dos inúmeros prejuízos causados aos investigados pela espetacularização e publicização indevida de investigações preliminares, não é possível deixar de mencionar o papel que os veículos de imprensa têm como agente social relevante na tomada de decisões legislativas penais, pois, segundo o professor José Luis Díez Ripollés<sup>83</sup>, os critérios seletivos adotados pela imprensa

fazem com que seja dado grande protagonismo à delinquência tradicional, à organizada e, em ocasiões, à corrupção [...] se inclinam em um modelo de intervenção securitário, que priva de quase toda visibilidade as diversas abordagens sobre a delinquência, em especial as centradas em políticas sociais ou, inclusive, em aproximações jurídicas não penais. **O direito penal é visto como o primeiro recurso de intervenção**<sup>84</sup>.

Desta forma, a imprensa acaba por agir provocando inúmeras reformas legislativas simplesmente pelo fato de pressionarem, por meio de uma grande cobertura de eventos isolados, os agentes políticos encarregados de "promover ou aprovar decisões legislativas penais"<sup>85</sup>. Continua, ainda, o professor ao afirmar que "resulta normal, portanto, que a agenda político-criminal do Legislativo e do Executivo sejam em grande medida marcadas pelos meios de comunicação, cujas visões frequentemente alarmistas são destacadas sem reticências por tais órgãos"<sup>86</sup>.

Da mesma forma, prossegue o autor, que a imprensa possui papel de forte influência junto ao legislativo, é importante destacar que também o judiciário acaba por ser, muitas

---

<sup>83</sup> RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A racionalidade das leis penais**: teoria e prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

<sup>84</sup> *Op. cit.*, p. 249.

<sup>85</sup> *Op. cit.*, p. 249.

<sup>86</sup> *Op. cit.*, p. 250.

---

vezes, alvo (e vítima) das pressões midiáticas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Braithwaite introduz a possibilidade de aplicação da vergonha de duas maneiras: a vergonha estigmatizante, capaz de produzir inúmeros efeitos negativos em uma sociedade, ao criar um subgrupo inferior de párias e isolar indivíduos, podendo, inclusive, provocar efeitos drásticos, como o suicídio; e a vergonha reintegrativa, que com o auxílio de grupos próximos ao indivíduo que comete ato criminoso, pode ser ferramenta de grande valia para a recuperação e reintegração na sociedade.

No entanto, o cenário nacional atual permite que seja identificada somente a aplicação da vergonha estigmatizante ou desintegrativa, aplicada tanto por agentes estatais que abusam da publicidade externa do inquérito policial, quanto por parte da imprensa, que, alimentada pelo livre acesso aos documentos produzidos no curso da investigação preliminar, invade a intimidade de investigados, realizando um julgamento próprio e condenando-os antes mesmo da existência de um processo criminal.

Além disso, o interesse desproporcional da imprensa por notícias relacionadas à delinquência, tendo em vista sua capacidade de atrair o público, acaba por causar um prejuízo adicional ao passo em que essa pressão por ela mesmo provocada em determinados temas é utilizada como mecanismo de alteração legislativa penal em casos onde não seriam devidas ou sequer necessárias, ante a existência de possibilidades não penais.

## 6. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AHMED, Eliza; BRAITHWAITE, John; BRAITHWAITE, Valerie; HARRIS, Nathan. **Shame management through reintegration**. New York: Cambridge University Press, 2001.

ARAÚJO, Eduardo Carvalho Correa de; RODRIGUES, Victor Rangel dos Santos; MONTE-MOR, Danilo Soares; CORREIA, Rogério Dias. Corrupção e valor de mercado: os efeitos da operação Lava Jato sobre o mercado de ações no Brasil. *In: Revista catarinense da ciência*

---

contábil, volume 17, número 51, 2018. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/4775/477556264004/477556264004.pdf>>. Acesso em 18 jul. 2021.

BITENCOURT, Cezar Roberto. A espetacularização irresponsável de um delegado da polícia federal. **Consultor Jurídico**, 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-27/cezar-bitencourt-espetacularizacao-irresponsavel-delegado>>. Acesso em 10 jun. 2021.

BOOK, Aaron. Shame on you: an analysis of modern shame punishment as an alternative to incarceration. **Wm. & Mary L. Rev.** 653, 1999. Disponível em: <<https://scholarship.law.wm.edu/wmlr/vol40/iss2/8>>. Acesso em 10 mai. 2021.

BRAITHWAITE, John. **Crime, shame and reintegration**. New York: Cambridge University Press, 1989.

BRAITHWAITE, John; FISSE, Brent. **The impact of publicity on corporate offenders**. Albany: State University of New York Press: 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>>. Acesso em 10 jun. 2021.

DRUMMOND, Carlos. Lava jato: 5 anos depois, empresas pagam e empresários ficam livres. **Exame**, 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/lava-jato-5-anos-depois-empresas-pagam-e-empresarios-ficam-livres/>>. Acesso em 17 jul. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. Protesto na av. Paulista é o maior ato político já registrado em São Paulo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 mar. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em 15 jul. 2021.

HASSEMER, Winfried. Segurança pública no Estado de direito. *In: Revista brasileira de ciências criminais*, vol. 5, 1994.

LOPES Jr., Aury. **Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal**. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2006.

MARÍN, María. Não é uma banda de indie-rock, é a vanguarda anti-Dilma. *El País*, São Paulo, 12 dez. 2014. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638\\_389650.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/12/politica/1418403638_389650.html)>. Acesso em 15 jul. 2021.

MENDONÇA, Tábata Cassenote; ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. A deturpação do princípio da publicidade pela mídia durante a investigação policial: perspectivas críticas. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE**, III, 2015, Santa Maria/RS. Anais eletrônicos. Santa Maria/RS. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/2-15.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2021.

MORAES, Elster Lamoia de. Princípios do moderno inquérito policial. *Jus*, 2009. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12390/principios-do-moderno-inquerito-policial>>. Acesso em 15 jul. 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVO, Luiz Carlos Cancellier de. Reitor exilado. *O Globo*, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/reitor-exilado-21879420>>. Acesso em 15 jul. 2021.

RIPOLLÉS, José Luis Díez. **A racionalidade das leis penais**: teoria e prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

ROXIN, Claus. **Estudos de direito penal**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

SALOMÃO, Karin. Com novas marcas e acordo bilionário, Odebrecht ressurgiu pós-Lava Jato. *Exame*, São Paulo, 28 mar. 2018. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/com-novas-marcas-e-acordo-bilionario-odebrecht-ressurgiu-pos-lava-jato>>. Acesso em 15 jul. 2021.

SHELLER, Fernando. Empresas da Lava Jato têm "onda" de mudança de marca. *Estadão*, São Paulo, 25 jan. 2021. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-da-lava-jato-tem-onda-de-mudanca-de-marca,70003592650>>. Acesso em 15 jul. 2021.

TORRES, Aline. O suicídio do reitor para quem prisão foi ultraje e sentença de morte. *El País*, 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756\\_989166.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/04/politica/1507084756_989166.html)>. Acesso em 15 jul. 2021.



---

WACHTEL, Joshua. John Braithwaite: Peacebuilder, Social Scientist and Restorative Justice Activist. **IIRP News**, 2006. Disponível em: <<https://www.iirp.edu/news/john-braithwaite-peacebuilder-social-scientist-and-restorative-justice-activist>>. Acesso em 10 jun. 2021.